

FRASES NÃO-DECLARATIVAS E COMUNICAÇÃO NAS INVESTIGAÇÕES LÓGICAS DE HUSSERL

Notas para uma teoria dos actos comunicativos à luz de Husserl e de Austin

Pedro M. S. Alves
Universidade de Lisboa

I. Começando pelo fim, à guisa de introdução

Nas *Investigações Lógicas*, principalmente no pouco valorizado último capítulo da Sexta Investigação,¹ encontramos os fundamentos de uma teoria acerca do estatuto lógico-semântico das frases não-declarativas que exprimem desejos, perguntas, ordens, promessas, etc. Essa teoria responde às questões de princípio que haviam sido levantadas, logo no primeiro parágrafo da Sexta Investigação, acerca da intencionalidade em geral e, em particular, dos actos que podem ser “portadores” de significação.² Ao contrário do que comumente se pensa, esta doutrina das frases não-declarativas, e dos “actos não-objectivantes” (*nicht-objektivierende Akte*) que essas frases exprimem, está, portanto, profundamente enraizada no corpo teórico das *Investigações* e é solidária das suas teses mais centrais. Por isso mesmo, ela tem não só amplas consequências em diversos domínios, nomeadamente, no que tange às teorias da linguagem e da intencionalidade da consciência, como se baseia, por sua vez, num conjunto de pressupostos muito bem definidos. A teoria acerca destas frases (*Sätze*) que não são assereções (*Aussagen*), bem como acerca do

¹ O título deste último capítulo é precisamente: “Actos não-objectivantes como preenchimentos aparentes de significações”. Este nono capítulo dá corpo à Terceira Secção da Sexta Investigação, que se intitula “Esclarecimento dos Problemas Introdutórios”, ou seja, dos problemas à luz dos quais se desenvolveu toda a Sexta Investigação.

² O título do primeiro parágrafo da Sexta Investigação é justamente “Se todos os tipos de actos, ou apenas alguns, podem funcionar como portadores de significação”. Ver *L.U., Hua XIX/2*, p. 544.

modo como elas se relacionam com as frases declarativas (*Aussagesätze*) que exprimem asserções, está, por isso, muito longe de ser aquela questão lateral ou de pormenor que décadas de silenciamento e de ausência de trabalho fenomenológico sobre as questões lógico-semânticas pertinentes parecem sugerir. Pelo contrário, ela tem uma relevância extraordinária para uma avaliação tanto da força como das insuficiências das posições teóricas de Husserl. O próprio Husserl o confessa, aliás, ao sugerir que uma teoria contrária à que ele próprio defende acerca das frases não-declarativas faria cair por terra algumas das traves mestras que suportam as suas *Investigações*.³ Este último capítulo sobre o estatuto das frases não-declarativas deve, portanto, apesar do seu carácter manifestamente imperfeito, ser lido, em minha opinião, não como uma excrescência, uma curiosidade ou um apêndice, mas como o verdadeiro fecho da abóbada que foi sendo edificada ao longo das seis investigações. O exame dos eventuais problemas das teses de Husserl acerca do estatuto lógico-semântico das frases não-declarativas poderá funcionar, assim, em retrospectiva, como um muito oportuno *teste* para certas teorias centrais de Husserl, tal como elas foram expostas ao longo das *Investigações*.

Expressa no idiolecto husserliano, a questão disputada a propósito das frases não-declarativas consiste em saber se “[...] as formas gramaticais conhecidas, que a linguagem cunhou para desejos, perguntas, intenções volitivas, [...] para actos que não pertencem à classe dos actos objectivantes, devem ser vistas como *juízos* sobre actos ou [...] se também estes podem funcionar como doadores ou preenchantes de sentido”.⁴

Sob a designação geral de “frase não-declarativa” entendemos tanto uma frase de tipo interrogativo (*Fragesatz*), como *estará o gato no tapete?*, como também uma frase imperativa (*Befehlsatz*), como *ide embora!*, como ainda frases optativas (*Wunschsätze*), por exemplo, *desejo-lhe boa sorte!*, *que os deuses nos acompanhem...*, ou quaisquer outras frases que exprimam actos, de resto tão diversos entre si, como prometer, ameaçar, aconselhar, perguntar ou também orar, para invocar o bem conhecido exemplo de Aristóteles no *Περὶ Ἑρμηνείας*. Numa palavra, trata-se de saber, como o primeiro parágrafo da Sexta Investigação já o havia dito, se o *significar* se realiza apenas em actos de qualidade objectivante, se só estes podem ser, portanto, *Bedeutungsträger*, “portadores de significação”, ou se, indiferentemente, tanto perguntas, como volições, como ordens, como quaisquer outros actos de quaisquer qualidades podem *suportar* a função significativa, de tal modo que, digamos, uma matéria proposicional como “existe vida no planeta Marte” possa ser *directa e imediatamente* “suportada” por um acto de qualidade não-objectivante como uma pergunta, um desejo, etc. Husserl, como o confessou, teve por muito tempo, se bem que a contra-gosto, esta posição como inevitável. E foi justamente para

³ L.U. Hua XIX/2, p. 539.

⁴ *Idem*, p. 737.

finalmente a interditar que, no último capítulo da Sexta Investigação, o problema foi tratado *ex professo*. É que, por detrás da pergunta acerca da relação das frases não-declarativas com as frases declarativas, o que está em questão será o problema de saber o que deve contar como forma de fundo da intencionalidade – que espécies de actos (que “qualidades”) serão, verdadeiramente, intenções que visem qualquer coisa enquanto objecto?

A tese de Husserl – seja dito desde já – é que *todas* as qualidades não-objectivantes se fundam em actos objectivantes subjacentes e que *só estes* são verdadeiramente actos que conferem significação (*bedeutungsverleihende Akte*). Portanto, a sua tese é que as formas que as línguas naturais cunharam para perguntas, ordens, e coisas semelhantes, *devem ser interpretadas*, do ponto de vista lógico-semântico, *como juízos sobre actos*. A sua tese é que *há juízos* nas expressões de perguntas, de ordens, de volições, de promessas, etc., que as frases interrogativas, as frases optativas, as frases imperativas, *contêm*, portanto (implícita ou explicitamente – a questão não é por agora relevante), frases declarativas, e que só porque há nelas juízos e porque há nelas frases declarativas é que podem as expressões de perguntas, de ordens, de promessas, etc., *ter* uma significação. Resta saber *como* encontrar o acto objectivante que está presente nas frases que exprimem perguntas, ordens ou desejos. É justamente sobre isso que versa a teoria que Husserl expõe no último capítulo da Sexta Investigação.

Tanto esta questão como a resposta de Husserl, apesar de aparentemente sibilinas, são, porém, verdadeiramente essenciais para ajuizar acerca da pertinência e da consistência (duas questões diferentes) das teses globais das *Investigações*. Esta questão envolve, na verdade, coisas tão fundamentais como saber que é significar, quais as relações, por um lado, do significar com o asserir e, por outro, da representação objectual (a “matéria intencional” do acto) com a crença (os actos posicionais ou “objectivantes”), bem como saber que *função essencial* está, ao fim ao cabo, cometida à linguagem: se o asserir em contexto monológico ou o agir intersubjectivo em contexto comunicativo. Para além de todas essas coisas, importa ainda saber, em conexão com a última das perguntas anteriores, de que estamos efectivamente a falar quando nos referimos, seguindo Husserl, a “qualidades” de acto como crer, perguntar, desejar, ordenar, prometer, etc. Trata-se, com o inventário destas qualidades – ou parte delas –, de fornecer uma simples enumeração dos diversos tipos de vivências psíquicas ou tratar-se-á, sobretudo, de identificar formas basilares de *comportamento linguístico* ligadas a actos sociais de interlocução (e de interacção) comunicativa?

Todas estas perguntas clamam por uma análise fenomenológica aprofundada. Para ir direito ao ponto que quero mostrar, direi que, em minha opinião, se passa o seguinte:

A) A tese de Husserl a respeito das frases não-declarativas é *consistente* com as suas teorias acerca (i) das vivências intencionais (*intentionale*

Erlebnisse), (ii) da significação (*Bedeutung*), (iii) da expressão (*Ausdruck*) e da linguagem (*Sprache*), teorias que haviam sido expostas, respectivamente, ao longo da Investigação Quinta, da Primeira e da Quarta, e de novo da Primeira;

B) Mas a tese de Husserl é pouco (ou mesmo nada) *pertinente* no que diz respeito a uma análise do estatuto linguístico e semântico das frases não-declarativas, falseando, por essa razão, o teor de sentido, fenomenologicamente descritível, de actos como perguntar, querer, ordenar, prometer, etc. A análise de Husserl torna-se, pois, fenomenologicamente inadequada. Daí que possamos afirmar que haverá também algo de errado, no todo ou em parte, nas teorias mencionadas *supra*, em (i), (ii) e (iii) (*sub A*).

Quando pretendemos determinar o que há de incorrecto nessas teorias e examinamos, para isso, concepções lógico-semânticas alternativas, podemos encontrar, surpreendentemente ou talvez não, num teórico da linguagem comum uma crítica incisiva de duas grandes ilusões que perturbam essas análises de Husserl: primeiro, a ilusão assertiva, segundo a qual a linguagem serve sobretudo para descrever a realidade através de actos posicionais ou téticos; segundo, a ilusão veritativa, segundo a qual o núcleo essencial das frases é formado por uma estrutura proposicional, cujo conteúdo é sempre susceptível de ser avaliado como verdadeiro ou falso em função do puro sentido das palavras envolvidas. Essas duas ilusões são tenazes (e haveria que *explicar* por que razão elas nascem). À luz da primeira, a linguagem assenta num acto de constatação da realidade, em vez de ser, ela própria, um acto de construção da realidade. À luz da segunda, as frases não-declarativas são como que formas imperfeitas de realização da linguagem, por carecerem precisamente dessa suposta relação fundamental com a verdade – como se a verificação do valor de verdade das proposições fosse o modo privilegiado do uso da linguagem e a forma essencial de produzir sentido (o que tornaria, por exemplo, o discurso ficcional uma forma marginal ou, se quisermos, uma forma secundária e deficiente do acto de dizer). Ao mencionar uma célebre crítica desta dupla ilusão “constatativa” e “veritativa”, estou a referir-me, bem entendido, à teoria que o maior filósofo da linguagem do século XX, John Austin, apresentou, em 1955, acerca dos “performativos” (à letra: “realizativos”) e dos actos ilocutórios nas *William James Lectures*, da Universidade de Harvard, e que foi publicada, em 1962, na obra *How to do Things with Words*.⁵

Para terminar esta apresentação global do meu tema, direi que não pretendo lançar Austin contra Husserl ou corrigir um pelo outro, mas antes usar as lições mais importantes de ambos para esboçar uma teoria fenomenológica

⁵ Ver J. Austin – *How to do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1976, por exemplo, p. 3, sobre a “descriptive fallacy”, ou p. 12, sobre a assunção de que *to say* é sempre (ou nos casos que vale a pena ponderar) *to state something*, ou p. 151, sobre o “true/false fetish”.

dos actos sociais e da comunicação. Essa teoria foi iniciada por Reinach, em 1913,⁶ mas está, hoje-em-dia, ainda largamente por edificar. Só ela poderá trazer à superfície, porém, aquilo que é, em minha opinião, o *dimensão de fundo* a partir do qual a questão de comportamentos linguísticos como perguntar, desejar, ordenar, mas também asserir, devem ser descritos do ponto de vista fenomenológico: o fenómeno de comunicação. Na verdade, se bem que o fenómeno da comunicação tenha raízes ante ou pré-linguísticas e seja mais vasto que a linguagem – para ser rigoroso, nem toda comunicação é linguística e nem toda a linguagem tem ou serve um propósito comunicativo –, qualidades de acto como a pergunta, a ordem, a promessa, que são expressas em frases interrogativas, imperativas ou promissivas, são, tipicamente, usos da linguagem com um propósito comunicativo. Ou seja, num vivo contraste com o Husserl das *Investigações*, o ponto de partida para uma teoria da linguagem *não é* a Lógica pura e a idealidade da significação, mas a produção de sentido no espaço comunicacional. E as insuficiências de algumas das teses de Husserl poderão ser retrospectivamente interpretadas como outras tantas conseqüências do conjunto de *abstracções* e de *amputações* que o fenómeno da linguagem deve sofrer para que, nele, se possa isolar algo como o campo da Lógica, ou seja, a *Bedeutung* pura, como unidade ideal-idêntica irrelativa a quaisquer locutores e a quaisquer contextos de elocução. A tentativa de isolar o que *está dito enquanto tal (das Gesagte als solches)*, sem atender a *quem* o diz, *para quem* e *para quê* o diz, e ao *contexto* em que o diz, é, ao mesmo tempo, a grandeza e a maior limitação das análises husserlianas nas *Investigações Lógicas*.

O próprio Husserl o sugere, aliás, no comentário de 1913 à Quarta Investigação, quando afirma que o nome apropriado para a teoria que acaba de desenvolver é o de Gramática Pura *Lógica*, justamente porque lhe falta ainda “as relações de mútua compreensão entre sujeitos psíquicos”, que constituem um “*a priori* próprio”.⁷ Não se trata, certamente, de complementar a Gramática Pura *Lógica* por uma Psicologia. Trata-se, antes, de desenvolver a dimensão comunicativa a par da teoria das formas de composição e das leis de transformação das significações. A questão incômoda (para Husserl) será a de saber se este *a priori* “comunicativo” não interferirá em retorno no *a priori* “significativo”, de tal modo que seria impossível tratar um sem o outro no quadro de uma Gramática *Lógica* que, doravante, não mais poderia ser também “pura”.

⁶ Ver Adolf Reinach – “Die apriorischen Grundlagen des bürgerlichen Rechtes”, *Jahrbuch für Philosophie und phänomenologische Forschung* 1: 685-847.

⁷ L.U. Hua XIX/1, pp. 348-349.

II. Três pressupostos...

Disse acima que a teoria de Husserl era consistente, mas não pertinente. A questão essencial da pertinência será discutida mais tarde. Quero mostrar, por agora, a sua consistência. Esta tornar-se-á visível assim que compreendermos como a teoria de Husserl acerca das frases não-declarativas decorre directamente das suas concepções mais gerais acerca da *intencionalidade*, da *significação* e da *linguagem*, desenvolvidas na Primeira Investigação, na Quarta e na Quinta. Estas três últimas doutrinas, que formam o corpo teórico central das *Investigações*, figuram como outros tantos pressupostos em que se apoia e para onde remete toda a análise das formas linguísticas em questão. É para elas que me quero voltar, antes de discutir com maior detalhe a teoria husserliana das frases não-declarativas. Elas são as seguintes:

- A – A equivalência entre actos intencionais e actos objectivantes;
- B – A independência da função de significação;
- C – A asserção (*Aussagen*) como forma básica de uso da linguagem.

A – Como é bem sabido, no início da Quinta Investigação, Husserl apresenta três conceitos de consciência (*Bewußtsein*). Todos esses três conceitos estão directamente referidos ao conceito de vivência (*Erlebnis*). A ideia da totalidade das vivências produz o primeiro conceito de consciência: consciência como o conjunto integral das vivências pertencentes ao eu, o *fluxo de consciência* (*Bewußtseinsfluss, -strom*). A autocaptação das vivências produz o segundo conceito de consciência: consciência como *percepção interna* (*innere Wahrnehmung*). Por fim, a vivência como relação não real com qualquer coisa que nela “inexiste” (expressão de Brentano), como consciência-de, produz o terceiro conceito de consciência: consciência como *acto psíquico* ou *vivência intencional* (*psychische Akt, intentionale Erlebnis*).

Husserl terá, mais tarde, teorias sofisticadas para oferecer a respeito do primeiro e do segundo conceitos de consciência. A auto-apreensão da consciência como totalidade efectiva-se sob a forma da consciência do tempo, com os seus horizontes abertos (portanto, *não* totalizáveis) de passado e de futuro. A percepção interna, ou consciência pré-reflexiva de si (em que, nas *Investigações*, Husserl critica à teoria de Brentano o regresso ao infinito aí envolvido), efectiva-se sob a forma da intencionalidade “longitudinal” da “consciência absoluta”, pela qual, na conexão entre proto-impressão e retenção, o fluxo a si próprio e para si próprio aparece.

Tudo isso, como disse, será matéria das teorias futuras da consciência. Na Quinta Investigação, o ponto forte é, porém, o terceiro sentido: consciência como consciência-de (qualquer coisa). E a tese de Husserl é que esta relação não real com qualquer coisa, a intencionalidade, assume, na base, a

forma de actos *posicionais* (*setzende Akte*), com as respectivas modificações de neutralidade.

Este ponto é fundamental. A *matéria intencional* torna representado um objecto, em sentido lato. Mas a matéria não é um acto, ela é um elemento de um acto, e esse acto entra num determinado género qualitativo. Por conseguinte, sabendo que *não há* intencionalidade sem esta função basilar de *tornar representado* (*vorstellig machen*), porque é precisamente nela que se forma a relação com qualquer coisa, isto é, a consciência-*de*, a questão é saber se esta função, que compete à “matéria” (a *intentionale Materie*), pode ser “suportada” por actos de qualquer tipo (ou seja: *realizada* em qualquer tipo de actos), ou se ela implica actos de uma qualidade específica. A pergunta é, portanto, a de saber se o acto em que qualquer coisa é representada poderá ou não ser, indiferentemente, um acto volitivo, um acto afectivo, ou não importa que outro, e, no caso negativo, *que tipo* de acto será, então, requerido pela matéria intencional.

A tese de Husserl é que a matéria intencional *exige* actos de qualidade bem determinada, a saber, actos de tipo posicional, actos de crença (e suas variações) acerca da objectividade visada. Numa matéria nominal, por exemplo, *o vencido de Waterloo*, um objecto é representado num acto monorradial; numa matéria proposicional, por exemplo, *o vencido de Waterloo nasceu na Córsega*, um estado-de-coisas é visado num acto polirradial. Mas a intencionalidade não é apenas este representar, ela é a crença de que existe aquilo que o nome nomeia, ou que se verifica o estado-de-coisas que a proposição descreve. É a isto que Husserl chama um acto de *qualidade objectivante*. A intencionalidade envolve, na base, um acto de *belief*, pela simples razão que representar algo de uma certa maneira (na “matéria intencional”) implica uma crença ou está intimamente conectado com uma crença que *assume* a realidade do objecto representado. No caso normal, o representado é posto como *existente* e esta posição pode mesmo vir a exprimir-se de um modo explícito num acto de matéria modificada, como, por exemplo, no juízo “o vencido de Waterloo existe” ou no nome “o vencido de Waterloo existente”. Normalmente, porém, esta posicionalidade imbrica-se na própria matéria intencional e só por meio da análise pode ser separada – matéria e qualidade objectivante são, pois, dois momentos dependentes de um mesmo todo. A forma fundamental dos actos intencionais será, por isso, a dos actos objectivantes. São eles que se ligam em primeira linha às matérias, nominais e proposicionais, que representam objectos. Representação (no sentido de “matéria”) e posição andam, portanto, a par. Esta consciência intencional que entra em cena sob a forma canónica da crença pode-se neutralizar, é certo, mudar-se para a sua contraparte (*Gegenstück*) da “simples representação” (*bloÙe Vorstellung*), e deixar, por assim dizer, “pairar” o seu objecto, mas a consciência jamais entra em cena como mera representação de objecto (como matéria *sem* qualidade) ou como uma “simples representação”, relativamente à qual um acto de assentimento ou de recusa se viesse posteriormente ligar (como na teoria do duplo

juízo, de Brentano). Ao representar objectual está sempre associado um elemento tético, mas sem que esta crença se possa exprimir na estrutura semântica ou sintáctica da proposição. Numa palavra, toda consciência é consciência *representativa e posicional* de qualquer coisa. A consciência de qualquer coisa é, pois, um acto de qualidade *objectivante*.

Este é o primeiro pressuposto – a identificação entre *consciência intencional* e actos de uma certa *qualidade*, a saber, os que realizam um ter-por-verdadeiro (*für-wahrhalten*) aquilo que está representado numa matéria intencional ou que, ao contrário, são aposicionais e modificam a posicionalidade num mero “deixar-pairar-diante” (*dahinstellen*). Esta tese de que a intencionalidade está assente em actos posicionais e nas suas correspondentes modificações não-posicionais é, como todos sabem, a última interpretação que Husserl oferece, na Quinta Investigação, do célebre *dictum* de Brentano: todo acto ou é uma representação (uma *Vorstellung*, leia-se agora: um acto de qualidade objectivante, de matéria nominal ou proposicional) ou tem por base uma representação.⁸ A intencionalidade é, na sua dimensão de fundo, a posição de ser ou a sua suspensão (ela será sempre, portanto, uma “intenção de ser” – *Seinsmeinung*). Daí que todas as outras qualidades, por mais diversas que sejam entre si, estejam, porém, aparentadas e possam ser tomadas em conjunto, na exacta medida em que todas elas, para se referirem a uma objectividade através de uma matéria intencional, requerem um acto de qualidade objectivante como sua base, ao passo que nenhum acto objectivante requer, inversamente, uma qualidade não-objectivante sobre ele edificada.

Daí retira Husserl um importante teorema da sua doutrina da intencionalidade: o da “*fundação* dos actos não-objectivantes (como alegrias, desejos, volições) em objectivantes (representações, actos de ter-por-verdadeiro), pela qual, primariamente, uma qualidade de acto está fundada numa outra qualidade de acto e só mediatamente numa matéria.”⁹ Assim, uma alegria supõe a convicção de que o estado-de-coisas que nos alegra *existe*, mas a posição do estado-de-coisas como existente (o acto objectivante) não requer um outro acto de alegria ou de tristeza nele fundado. O acto objectivante é, portanto, o portador (*Träger*) da matéria – se pela matéria se “representa” (*lato sensu*) um objecto, compreende-se que o acto primário seja a assunção da existência desse objecto representado.

Esta teoria é plausível, mas precisa de mais diferenciação. Um desejo, por exemplo, implica uma consciência posicional que não é nem tese de ser nem de não-ser, mas sim de *possibilidade*. Uma promessa implica um acto objectivante que ponha o seu objecto como *provável*, etc. As *Ideias I*, de 1913, introduzirão esta maior sofisticação nas formas dóxicas, abandonando a pola-

⁸ Veja-se *L.U.*, *Hua XIX/1*, Vª Investigação, § 41, p. 514.

⁹ *L.U.*, *Hua XIX/1*, p. 519 (sublinhados nossos).

ridade das *Investigações* entre a posição de ser e a sua “neutralização” (o simples compreender, *sem* tomada de posição).¹⁰

É à luz desta tese de que a forma fundamental dos actos intencionais é a dos actos objectivantes, de matéria tanto nominal como proposicional, que todas as frases que não exprimem asserções e que não são, portanto, frases declarativas podem ser agrupadas, apesar da sua variedade. Que têm, de facto, em comum as frases optativas, exclamativas, interrogativas ou imperativas? A resposta reza assim: têm em comum o facto de *não serem*, todas elas, *frases declarativas* que exprimam actos de qualidade objectivante e de estarem, por isso, *assentes* em actos objectivantes que são a sua base ou *envolverem* tais actos objectivantes para que possam ter uma significação (estas duas formulações não são equivalentes e escondem, como vamos ver, uma ambiguidade de Husserl).

Trata-se, aparentemente, de uma boa resposta. Fica para mais tarde a crítica da aparência.

B – Por agora, vamos ao segundo pressuposto: a independência da função significativa. Qualquer leitor das *Investigações* conhece os longos esforços de Husserl para dissociar o acto que confere a significação (*bedeutungsverleihender Akt* – por mor da brevidade, designá-lo-emos por *acto de significar*) do acto que *preenche* a significação e do acto que *torna manifesta* a intenção significativa. Numa palavra, todo leitor das *Investigações* conhece os esforços de Husserl para separar a função significativa da função comunicativa da linguagem e, de novo, para separar o acto de significar do acto de conhecer. Significar, conhecer e comunicar são coisas diferentes.

A ligação do acto de significar com intuições concomitantes é afrouxada de duas maneiras. Primeiro, *a parte ante*, Husserl insiste (a meu ver, bem) que as imagens acompanhantes não desempenham nenhum papel essencial na *formação* da consciência de significação¹¹ – assim, para compreender as expressões “cavalo”, “raiz quadrada” ou “número primo”, as imagens, inadequadas e fugidias, que eventualmente ocorrem, não fazem parte da nem fixam a significação. Numa palavra: *há* compreensão sem intuição, e o significar *não depende* de imagens concomitantes. Em segundo lugar, *a parte post*, esta intenção significativa, em que um objecto é visado “no vazio”, tem com a intuição do objecto correspondente uma relação de *preenchimento*, mas a intuição que vem preencher a intenção significativa não vem *prolongar* ou *completar* esta, como se só ela a dotasse do seu objecto: ela vem, antes, passar

¹⁰ Ver, por exemplo, *L.U., Hua XIX/1*, p. 507 e *Ideen, Hua III/1*, pp. 271-272. Nesta obra, os actos da esfera da vontade e do sentimento são tomados também como actos potencialmente “objectivantes”, com a sua forma própria de posicionalidade, que remete, em última instância, para actos da esfera dóxica, que realizam uma objectivação actual. Isso consagra, na opinião de Husserl, o privilégio do estrato “lógico” da intencionalidade.

¹¹ Ver *L.U., Hua XIX/1*, pp. 67 e sgs.

da intenção que visa o objecto ao acto que (re)conhece *esse* objecto como sendo precisamente aquele que fora visado e *tal como* fora visado (ou que produz uma “decepção”, *Täuschung*, correspondente). Este preenchimento da intenção significativa pela intuição correspondente é o que Husserl designa como a vivência de conhecimento. Ela não é essencial para o acto de significar, que *tem já* o seu objecto independentemente de qualquer prolongamento da intenção significativa na intuição correspondente. Esta última terá, antes, a função de reforçar ou de confirmar a qualidade posicional do acto de significar. Nessa medida, significar e conhecer serão, portanto, coisas diferentes.¹² E o acto de significar é mais basilar que o acto de conhecer – em geral, podemos significar *sem* conhecer.

A mesma dissociação é feita para a função de manifestação (*kundgebende Funktion*). Toda expressão tem uma significação e refere-se, por ela, a uma objectividade. Usar uma expressão com sentido e referir-se, por ela, a quaisquer objectividades é a essência do acto de significar. Para lá disso, usar uma expressão com sentido implica também, por força do acto de elocução (*Äusserung*), *tornar manifesto para outrem* que aquele que fala tem tais e tais vivências, em que visa tais e tais objectos, e mesmo, eventualmente, que é *para esse outrem* que ele fala. No entanto, como o célebre exemplo do monólogo interior na “vida solitária da alma” o mostra,¹³ ao falarmos para nós próprios, esta função de manifestação desaparece, a palavra audível reduz-se à simples fantasia de um som de palavra (*Wortlaut*) possível, mas, mesmo assim, *continuamos a significar*; sem que, contudo, comuniquemos algo a alguém. Numa palavra, tal como para o conhecimento, significar é mais básico que comunicar – em geral, podemos significar *sem* comunicar.

De modo que a tese de Husserl se cifra no seguinte: primeiro, na dissociação entre as funções significativa, cognitiva e comunicativa; segundo, na afirmação de que a função significativa é absolutamente independente das outras duas; ao passo que, inversamente, não podemos nem comunicar (um conteúdo) nem conhecer (um objecto) sem a mediação da função de significação.

Contra esta independência da função significativa é, porém, argumentável *contra Husserl* que, em certos casos importantes, (i) a significação só se *determina* por referência a uma intuição e que (ii) a significação só se *completa* pela sua inserção num contexto comunicativo.

O primeiro caso é fornecido pelos deícticos – *isto*, *aquele*, etc. – pelos pronomes pessoais – *eu*, *tu*, etc. – e pelos advérbios de lugar e de tempo – *hoje*, *aqui*, *agora*, etc. –, ou seja, por aquilo que o próprio Husserl designa, na Primeira Investigação, como “expressões essencialmente subjectivas” ou “oca-

¹² Ver *L.U.*, *Hua XIX/1*, p. 44.

¹³ Ver *L.U.*, *Hua XIX/1*, pp. 41-43 (§ 8).

sionais”.¹⁴ Em todos esses casos, a significação carece de uma referência à intuição actual do acto de elocução para que se determine a que se referem, *em particular*, expressões como *isto*, *hoje* ou *eu*. Para manter a tese da absoluta autonomia da função de significar, Husserl realiza, nas *Investigações*, um verdadeiro acto de violência,¹⁵ afirmando que, *idealmente*, do ponto de vista de uma linguagem acabada, toda e qualquer expressão ocasional poderia ser substituída por uma expressão fixa e objectiva, que referisse o seu objecto sem ter de atender ao acto expressivo e ao contexto de elocução. Mas a demonstração disso está por fazer, e a argumentação de Husserl é largamente insuficiente.¹⁶

Quanto ao segundo caso, é visível que a significação, o que *está dito enquanto tal*, ou seja, o sentido que literalmente resulta da sintaxe e do simples significado e referência das palavras envolvidas, é, em muitos casos, ainda insuficiente para constituir a significação completa de uma expressão. Um exemplo entre muitos: a expressão *está um lindo dia* tanto pode expressar uma constatação de facto, como um sentimento de alegria, como querer dizer ironicamente o contrário, como servir para mudar ostensivamente de assunto numa conversa, como pode ser um meio de informar o interlocutor, ou de o convidar para passear, etc., de modo que o seu sentido *pleno* (ou seja, o que *está dito* mais o que se *quer dizer* com isso) só é determinável *rebatendo* o sentido literal sobre o respectivo contexto comunicacional e tendo em conta o tipo de lance comunicativo que está sendo realizado através dessa expressão.

Para contornar esta situação, mais uma vez Husserl mantém a sua tese à custa de um *empobrecimento* do conceito de comunicação e de uma *hipertrofia* da função significativa. Nas *Investigações*, comunicar não tem que ver com estas diferentes formas de uso da linguagem, diferentes da frase-declarativa e do asserir, mas é apenas o facto de que os actos de pensamento que ocorrem num sujeito são simultaneamente dados a conhecer a alguém, através da função de manifestação. Ou seja, comunicar é equivalente à duplicação dos mesmos pensamentos num locutor e num auditor. Por outro lado, Husserl parte do pressuposto de que todo pensamento é sempre codificável e linguisticamente exprimível, com níveis crescentes de explicitação até que se chegaria por fim, idealmente, ao ponto-limite em que o *sentido literal coincidiria perfeitamente com o sentido visado* e a remissão para o contexto comunicacional seria, por isso, desnecessária (voltaremos a este ponto).

¹⁴ Ver *L.U. Hua XIX/1*, pp. 83 e sgs.

¹⁵ Ele próprio o reconhece na segunda edição, de 1913, em *L.U., Hua XVIII*, p 13.

¹⁶ Ela desenvolve-se como uma pura argumentação de princípio, a partir da premissa de uma suposta “ausência de limites da razão objectiva” (*Schrankenlosigkeit der objektiven Vernunft*). Ver *L.U., Hua XIX/1*, pp. 95 e sgs (ver também o passo suprimido, na segunda edição, de 1913, sobre as determinações fixas e objectivas dos lugares e dos tempos, que comprometia Husserl com uma concepção não-relacional do espaço e do tempo)

O privilégio concedido à frase declarativa passa também por aqui e é absolutamente coerente com esta dupla tese husserliana da supressão da ocasionalidade e de uma coincidência possível entre sentido literal e sentido visado. Uma frase como *parece-me que está um lindo dia!* seria substituível por um longa frase declarativa que, no limite, exprimiria o sentido completo na forma *João exclama que lhe parece estar um lindo dia para com isso significar ao seu interlocutor que...*, etc.

C – O terceiro pressuposto é que a função essencial da linguagem é *asserir*. É este pressuposto que outorga, em definitivo, uma posição proeminente à dimensão veritativa do discurso e, em consequência, confere um estatuto privilegiado às frases declarativas. Isto sucede porque a frase declarativa (*Aussagesatz*) é caracterizada como um dizer algo *acerca* de qualquer coisa, como um λέγειν τι κατὰ τινός: “Toda e qualquer expressão não quer apenas dizer qualquer coisa, mas diz também *acerca* de qualquer coisa; ela não tem apenas a sua significação, mas refere-se também a quaisquer *objectos*”.¹⁷ É na medida em que a dimensão basilar da linguagem é este asserir algo a respeito de qualquer coisa que a verdade (ou falsidade) do que está dito adquire toda aquela proeminência que comumente se lhe atribui.

A distinção fundamental que se estabelece, nesta caracterização da função essencial da linguagem, é entre a coisa *acerca* da qual algo é dito e *aquilo que é dito* dessa coisa. Na nomenclatura moderna, distingue-se o “conteúdo” significativo e a “referência” objectiva. Husserl designa estas duas dimensões da frase declarativa como, respectivamente, a *Bedeutung* (significação) e a *gegenständliche Beziehung* (referência objectiva) de um *Ausdruck* (expressão). É costume dizer que, através de um conteúdo (*Inhalt, content*), a linguagem se refere a um objecto “extra-mental”. Mas isso é, na semântica de Husserl, uma afirmação grosseiramente incorrecta. Para começar, a *Bedeutung* é já um objecto extra-mental, supra-subjectivo, ideal, não real (como o era para Frege). De seguida, “objecto” é uma categoria ontológico-formal e não ontológico-material: o *objecto* tanto pode ser extra como intra-mental, linguístico ou não-linguístico, pode ser um número, um ser físico, um facto histórico, uma palavra, uma vivência, ou qualquer outra coisa, porque “objecto” é uma categoria da ontologia formal que pode recobrir não importa que entidades. O essencial, na linguagem, é antes a capacidade para estabelecer esta dualidade entre o objecto *tal como é referido por uma significação* e o objecto *que é referido por uma significação*.¹⁸ A diferença entre ambos os momentos é dada numa operação lógico-semântica que consiste em submeter a uma *síntese de identificação* várias expressões significativas, de tal modo que se liberte a consciência de que *aquilo que é visado na significação A* e *aquilo que é visado*

¹⁷ L. U. Hua XIX/1, p. 52.

¹⁸ L. U., XIX/1, pp. 53 e sgs. e 414-415.

na significação *B* são a mesma coisa – que, por exemplo, o esposo de Hera e o Senhor do raio designam a mesma personalidade mitológica, ou que $a < b$ ou $b > a$ se referem à mesma situação quantitativa. É esta consciência de um idêntico, diferentemente referido por várias significações, só referível através de uma significação e só isolável pela *síntese* de identificação entre várias significações, que prepara o momento lógico da consciência de objecto.¹⁹ As *Ideias I* distinguirão, em consequência, o *Gegenstand im Wie*, o objecto no como, enquanto noema-predicado, e o *Gegenstand schlechthin*, o objecto puro e simples ou o *X*, enquanto elemento central do núcleo noemático.

Uma intuição fundamental das *Investigações* é que a linguagem dá corpo a esta distinção ontológico-formal entre objecto predicado (objecto puro e simples) e predicado de objecto (objecto no como) ao produzir a distinção entre o que está dito de uma coisa e a própria coisa de que algo se diz. Esta distinção tem como sua base a estrutura da consciência intencional – visar um objecto *através* de um sentido (*Sinn*). Na medida em que a linguagem dá corpo à intencionalidade, a sua dimensão fundamental será precisamente este poder de articular as diferenciações lógicas da consciência de objecto. Mais importante do que aquilo que a linguagem diz das coisas, é o facto de ela *dar corpo* a essa dualidade entre objecto (sobre o qual se asseve – o *Gegenstandworiüber*) e a sua determinação (o que dele é predicado), dualidade que é já a distinção fundamental da Gramática Pura Lógica entre as formas primitivas de significação: *representação nominal*, *representação adjectiva* e a sua combinação numa *proposição* (*Satz*).²⁰ Numa palavra, a intencionalidade é consciência de objecto, e a linguagem, na medida em que “reveste” a consciência intencional, terá na estrutura assertiva da frase declarativa o seu núcleo essencial.

III. ... para uma teoria implausível

Podemos agora examinar mais de perto a teoria husserliana, apreciar toda a sua coerência, mas também pôr a nu toda a sua impertinência ou implausibilidade fenomenológica.

Para ir direito ao essencial, ela cifra-se nas seguintes teses:

1. Só os actos de qualidade objectivante (actos “téticos”) são portadores de significação, e esta significação é de carácter proposicional;
2. A expressão de um acto objectivante ligado a uma matéria proposicional (ou seja, um “juízo”) é a frase declarativa, que diz qualquer coisa acerca de qualquer coisa;

¹⁹ As *Vorlesungen über Bedeutungslehre*, de 1908, desenvolvem *ex professo* esta teoria da consciência de objecto como correlato de uma síntese de identificação. Ver *Hua* XXVI, pp. 62 e sgs.

²⁰ *L.U.*, XIX/1, p. 339.

3. A frase declarativa assere algo independentemente da função intuitiva (de conhecimento) e da função manifestativa (de comunicação).

Ora as frases interrogativas, imperativas, volitivas, optativas, etc., não são, aparentemente, frases declarativas e não exprimem actos objectivantes (de crença), mas actos de outro tipo, como a pergunta, a ordem, a volição, o desejo, etc.

Daí que

- a) Ou essas frases são, *enquanto tais*, significantes;
- b) Ou elas *tomam de empréstimo* o seu poder de significar de frases declarativas e de actos objectivantes.

Se a) fosse verdadeira, então teríamos a teoria “aristotélica” de que frases de todo tipo podem carrear significação, e que as perguntas, as ordens, etc., são *irredutíveis* a frases declarativas. Teríamos, portanto, a teoria segundo a qual o λόγος σημαντικός (o discurso significativo) não é exclusivo da ἀπόφασις (da declaração ou asserção, da frase declarativa), se bem que só esta possa ser verdadeira ou falsa. Mas essa teoria é incompatível com as teses 1, 2 e 3 *supra*.

Donde, *em primeiro lugar*, entre as frases declarativas e *todas as outras* deverá haver uma diferença essencial: elas, para parafrasear Mohanty,²¹ não serão apenas *tipos diferentes* de frases, mas serão diferentes *enquanto* frases. O género “frase” não será, verdadeiramente, um género. As frases que têm, por si próprias, uma significação são as frases declarativas. Daí resulta, *em segundo lugar*, que todas as outras não apenas serão distintas *enquanto* frases, mas que só terão uma significação na medida em que perguntas, ordens, etc., possam ser *reduzidas* a frases declarativas de um tipo peculiar. Em resumo, ou as frases não-declarativas são irredutíveis às declarativas e significam por si mesmas, ou elas não são por si mesmas significativas e terão de ser redutíveis a frases declarativas. Os pressupostos de Husserl só lhe deixam aberta a segunda opção.

Daí a tarefa: ter-se-á de mostrar (i) que as frases declarativas têm um comportamento lógico-semântico diferente de todas as outras, e que (ii) as frases não-declarativas envolvem em si frases declarativas que lhes conferem significação.

O capítulo final da Sexta Investigação entrega-se à tarefa de mostrar a veracidade desta dupla exigência.

Relativamente a (i), Husserl usa um argumento aparentemente convincente. Com base nas suas próprias declarações expressas, mas indo, bem

²¹ Mohanty – *Edmund Husserl's Theory of Meaning*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976³, p. 82.

entendido, um pouco mais longe que elas, poderíamos definir a noção de um *conteúdo significativo completo* do modo seguinte:

Para que uma frase f possua um conteúdo significativo C completo terá de ser possível examinar f tanto a respeito da *adequação* desse conteúdo C ao objecto de que fala como da adequação desse conteúdo ao *sujeito que se exprime*, e este último tanto do ponto de vista da *conveniência* das palavras escolhidas (para exprimir bem ou mal o pensamento) como do ponto de vista da *veracidade* do seu discurso (para dar testemunho daquilo que pensa efectivamente). Assim, para toda e qualquer frase haverá sempre uma objecção ou réplica (*Einwand*) acerca da *verdade*, outra acerca da *conveniência* e outra acerca da *veracidade*. Onde estas três réplicas não forem possíveis, C não é completo.

Numa palavra, se C é completo, então f tem de poder ser verdadeira ou falsa, conveniente ou inconveniente, verídica ou inverídica, sendo cada um destes três pares de valores independente dos outros dois (por exemplo, uma frase pode ser inverídica, mas verdadeira e conveniente, ou falsa, mas verídica e conveniente, etc.)

Se examinarmos, agora, frases como

F1 – O gato está em cima do tapete;

F2 – Estará o gato em cima do tapete?

F3 – Ponde o gato em cima do tapete!

verificamos um comportamento lógico-semântico diverso, que coloca F1 de um lado e o par F2-F3 do outro. De facto, como é evidente, a pergunta e a ordem admitem as réplicas da adequação subjectiva (conveniência e veracidade), enquanto a réplica objectiva acerca da verdade não pode ser aplicada (pese embora o que pretende Bolzano²²) – a pergunta e a ordem, *enquanto tais*, não são nem verdadeiras nem falsas, porque lhes falta essa dimensão assertiva do dizer qualquer coisa *acerca* de qualquer coisa. Na medida em que só F1 admite as réplicas objectiva e subjectiva (verdade e veracidade-conveniência), só $C1$ é um conteúdo significativo completo.

Ora isto põe-nos na via do segundo argumento de Husserl, destinado a provar a parte (ii) da sua tese, ou seja, a redutibilidade de F2 e F3 a frases declarativas. De facto, F2 e F3 só adquirem um conteúdo completo quando são reescritas na forma:

F2' – Eu pergunto se o gato está em cima do tapete;

F3' – Eu ordeno que o gato seja posto em cima do tapete.

²² Ver *L.U.* XIX/2, p. 738 e sgs.

Efectivamente, quando F1 e F2 são assim reescritas, então elas adquirem um conteúdo significativo completo porque, agora, a réplica objectiva já pode ser feita – as frases são, de facto, verdadeiras na medida em que se referem, nomeando, às vivências subjectivas do perguntar e do ordenar e afirmam a sua existência (serão falsas se eu não estiver, de facto, em nenhum desses estados psicológicos). Assim, no caso normal, F2' é verdadeira porque declara a existência de uma vivência subjectiva, uma pergunta, pergunta que acontece *em simultâneo* com a frase que a descreve e nomeia.²³

Assim, para toda e qualquer f com uma força determinada * (força interrogativa, exclamativa, promissiva, etc.), sendo X o sujeito que enuncia f , poderíamos escrever que:

$$R1. f^* \leftrightarrow X^* f$$

ou seja, que uma frase com uma força determinada, proferida por um determinado sujeito, é equivalente a uma descrição de um estado psíquico desse mesmo sujeito, em que a força da frase se transmuta numa descrição da qualidade de acto correspondente (por exemplo, a força interrogativa da frase corresponderá à vivência psíquica da interrogação, etc.) O objecto acerca do qual essas frases versam é, pois, um objecto de tipo peculiar. Efectivamente, f não fala, em geral, directamente dos objectos interrogados, esperados, ordenados, etc., mas antes das correspondentes *vivências* de interrogar, esperar, ordenar, e a sua função consiste precisamente em *dar expressão* a essas vivências.

À objecção natural segundo a qual, se essa doutrina fosse verdadeira, então o juízo F1 também poderia ser reescrito na forma

F1' – Eu creio que o gato está em cima do tapete,

coisa que envolveria uma regressão ao infinito, pois poder-se-ia continuar:

F1'' – Eu creio que creio que o gato está em cima do tapete, etc.,

Husserl replica, com razão, que a situação é inteiramente diferente, porque F1 pode ser falsa e F1' verdadeira, ou inversamente, enquanto com F2-F2' e F3-F3' isso não se verifica. Isso prova, de facto, que F1 e F1' não são *equivalentes*, mas que se trata, antes, de dois juízos diferentes, com possíveis valores de verdade diversos, enquanto que, no caso dos outros pares, se trata da relação entre frase *ocasionalmente abreviada*, em função do contexto comunicativo

²³ A verdade acaba, supostamente, por coincidir, aqui, com a veracidade, porque a verdade consiste, neste caso, na afirmação de um estado-de-coisas subjectivo (a existência da vivência do perguntar ou do ordenar), coisa que é também o caso com a veracidade. Husserl viu isso no final da sua discussão, mas, por razões que ficarão claras na próxima secção, essa equivalência não é inteiramente correcta, em minha opinião. Ver *L. U. XIX/2*, p. 750, *in fine*.

de elocução, e frase *completa*, sem abreviaturas ocasionais (se esquecermos a expressão ocasional “eu”).

Esta contra-objecção é correcta. A ela há ainda que acrescentar que, da frase

F2 – O gato está em cima do tapete?.

se passa, ao contrário de F1, por uma relação de *equivalência*, para

F2’ – Eu pergunto se o gato está em cima do tapete

e, também que, ao contrário de F1’, isso não implica uma regressão ao infinito sob a forma:

F2’’ – Eu pergunto se pergunto se o gato está em cima do tapete,

porque F2’ *declara* que eu pergunto, enquanto F2’’ *pergunta* se pergunto, coisa que *não está implicitamente contida em F2’* e não pode, portanto, ser retirada dela por uma suposta operação de explicitação.

Tal é, abreviadamente e poupando os terríveis pormenores em que o capítulo abunda, a teoria de Husserl acerca das frases não-declarativas e dos actos não-objectivantes.

Ela tem as seguintes características:

- 1.º) As expressões para ordens, perguntas, desejos, etc., são fórmulas, ocasionalmente abreviadas, em contexto comunicacional, para frases declarativas e para actos objectivantes de um tipo peculiar. Assim, *perguntar* “é Sp?” equivale a *declarar* “eu pergunto se S é p”.
- 2.º) O acto objectivante em questão consiste na afirmação da existência não de um objecto exterior, mas de uma vivência psíquica internamente percebida (um desejo, um sentimento, uma ordem, uma pergunta), de tal maneira que é essa percepção interna que é, verdadeiramente, o acto objectivante portador de significação na frase declarativa “eu pergunto se S é p”. Trata-se, certamente, de um juízo de tipo muito peculiar, mas trata-se todavia de um juízo.
- 3.º) O acto objectivante de percepção interna tem com o desejo, a pergunta ou a ordem percebidas a mesma relação que a intenção que visa um objecto tem com a intuição que preenche essa intenção, de tal maneira que se passa aqui, *mutatis mutandis*, o mesmo que no juízo: o juízo está para o estado-de-coisas visado, que é seu objecto, do mesmo modo que a frase “eu desejo que...” está para o desejo concreto enquanto vivência psíquica: a vivência desiderativa concreta *não é* a própria frase optativa, mas sim o *objecto* dessa frase. Não temos de pôr lado a lado o juízo e o desejo, mas antes o estado-de-coisas visado pelo juízo e o desejo.
- 4.º) As frases em questão cumprem em simultâneo três funções: (a) elas *significam* algo (*viz* que uma vivência subjectiva determinada tem aqui e agora lugar, por exemplo,

um desejo ou uma ordem), (b) realizam o *preenchimento* dessa intenção significativa pela intuição correspondente (dado que são acompanhadas pela intuição interna do próprio desejo ou da ordem referidos pela função significativa) e (c) *manifestam* qualquer coisa a alguém (na medida em que dão a conhecer a outrem a existência desse desejo ou dessa ordem). A segunda e a terceira funções (conhecimento e comunicação) não pertencem à função significativa e não são, portanto, essenciais para o conteúdo da frase, se bem que, por força da orientação do acto objectivante para a percepção interna e não para a externa, a intenção que visa um desejo ou uma ordem e afirma a sua existência esteja sempre acompanhada pela intuição viva da própria ordem e do próprio desejo, portanto, pelo preenchimento da intenção significativa. No entanto, as posições de Husserl levam a concluir que a função manifestativa, ligada à comunicação, pode ser sempre livremente *suprimida*. Ou seja, tal como para os juízos, a ocorrência de desejos, mas também de ordens, de perguntas, de promessas é possível *fora de qualquer espaço comunicacional* – podemos desejar, perguntar, prometer ou ordenar *solitariamente*.²⁴

Podemos, assim, estabelecer algumas regras gerais relativas ao comportamento lógico-semântico das frases não-declarativas e das frases declarativas. Haverá, primeiro, a regra da convertibilidade, pela qual uma frase com qualquer força * (mesmo a crença) pode ser convertida numa frase declarativa que tem como seu objecto a vivência do próprio sujeito que a enuncia.

Em consonância com isto, marcando a frase declarativa por parênteses rectos, teremos que

$$R2. f^* \leftrightarrow [X^* f]$$

Simetricamente, teremos a regra da inconvertibilidade para as frases declarativas, que se poderia formular simbolicamente desta maneira:

$$R3. \sim ([f] \leftrightarrow [X^* f])$$

Para o dizer expressamente: de *p* não se segue *eu creio que p*, nem de *eu creio que p* se segue *p*: cada uma delas pode ser verdadeira e a outra falsa.²⁵

²⁴ Husserl afirma-o expressamente para as perguntas (*L.U. XIX/2*, p. 747: podemos *perguntar* na “vida solitária da alma”), mas não há razões para que a sua tese não possa ser generalizada a qualquer acto não-objectivante.

²⁵ Diga-se de passagem que, à luz de R3, a possibilidade de uma regressão ao infinito em F1, F1', F1'', e assim sucessivamente, fica desde logo interdita, pois de uma frase declarativa qualquer, por exemplo, *A Terra é um planeta*, não se segue uma frase com a atitude correspondente, ou seja, *Eu creio que a Terra é um Planeta*, etc. Do mesmo modo, as dificuldades levantadas por regressões como *é Sp? – eu pergunto se S é p – eu creio que pergunto se S é p – eu creio que creio...*, e assim sucessivamente, são resolvidas pela impossibilidade de regredir da frase declarativa *eu pergunto se S é p* até a uma frase exprimindo uma crença acerca dessa frase.

Eis como, para Husserl, e em coerência com os seus pressupostos, as frases não-declarativas só significam na medida em que contêm e são convertíveis em frases declarativas que expressem actos objectivantes (juízos) de um tipo particular.

IV. Duas lições de Austin

Mas – já o disse – a perfeita coerência da doutrina vai a par com a sua total impertinência. Significa esta doutrina que perguntar é equivalente a *declarar* que se pergunta, que ordenar é equivalente a *declarar* que se ordena e que, no fundo, quando perguntamos ou ordenamos ou prometemos estamos voltados, não para um outro sujeito num contexto comunicacional, mas para as nossas próprias vivências internamente percebidas, que as *objectivamos* e que é, no fundo, *sobre elas* que falamos. É isto que torna a doutrina implausível e impertinente.

Mas implausível precisamente porquê? Husserl é, como ninguém, capaz de uma visão fenomenológica penetrante. O problema está em saber se o aparato conceptual que enquadra as suas análises é *adequado* para a descrição. Movido pelo programa de fundamentação da Lógica pura, na esteira dos trabalhos decisivos de Gotlob Frege (que o “acordou” do seu “sonho psicologista”, digamos assim...), os conceitos de Husserl tornam-no vítima de várias ilusões que acabam por falsificar o teor de sentido do fenómeno em questão. É para exorcismar esses fantasmas que devemos dar atenção às lições de John Austin, ele próprio um conhecedor e tradutor de Frege,²⁶ mas que soube encontrar os conceitos aptos para dar conta de toda uma dimensão da linguagem que a focagem lógica obscurece a ponto de elidir completamente.

Eis a primeira ilusão recalcitrante que Austin esconjura: *que as frases declarativas sejam sempre expressão de asserções*. Na realidade, uma frase declarativa não é apenas e sempre um dizer qualquer coisa acerca de qualquer coisa, ou seja, uma asserção que descreva uma realidade e a ela se ajuste ou não. Esta é a ilusão descritiva: há, por assim dizer, uma realidade anterior à linguagem que a descreve, e o valor fundamental da linguagem está em produzir frases que se ajustem à realidade já dada de antemão. Podemos tornar esta relação mais sofisticada e afirmar que, por detrás de um acto de *constatação* no uso mundano da linguagem, está um acto de *constituição*, no plano transcendental, que torna possível o primeiro. Mas isso, no fundo, não muda nada à intuição fundamental.

²⁶ John Austin foi o tradutor de *Die Grundlagen der Arithmetik: Eine logisch-mathematische Untersuchung über den Begriff der Zahl*, de G. Frege. Ver *The Foundations of Arithmetic: A Logico-Mathematical Enquiry into the Concept of Number*. Northwestern University Press, 1953.

Logo no início de *How to do Things with Words*, Austin põe o seu leitor perante um uso totalmente diferente das frases declarativas. Quando se diz

F4 – A sessão está aberta,

esta frase declarativa pode servir, de facto, para descrever um facto: que a sessão está aberta. Mas, se proferida por quem abre a sessão, então essa frase não descreve uma realidade, mas *instaura* a própria realidade que nomeia: a sessão ficou aberta *por força* de a frase “a sessão está aberta” ter sido proferida. O mesmo acontece em expressões como

F5 – Eu te baptizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo

F6 – Dou-lhe as minhas felicitações

F7 – Declaro-vos marido e mulher

F8 – Declarado *X* vencedor

Todas estas expressões têm as mesmas características: primeiro, são indubitavelmente frases declarativas; segundo, não descrevem, porém, uma realidade independente e não são, portanto, nem verdadeiras nem falsas; terceiro, instituem ou instauram a própria realidade que nomeiam, ou seja, servem para *fazer coisas*, não para *descrever factos* – dar felicitações é dizer “felicito-te”, abrir a sessão é proferir a frase “a sessão está aberta”, e assim sucessivamente. A grande descoberta de Austin é que a linguagem pode ser, em certas circunstâncias – e também, em certos casos, em função de convenções sociais extra-linguísticas (como no baptizar, abrir sessões, casar, declarar um vencedor, etc.) –, um meio de realizar um acto: *to perform an act*, como diz. Daí a sua célebre divisão das frases declarativas em constatativas e performativas.

Segundo ídolo que Austin exorcisma: *a ideia de que o sentido de uma frase está, ou pode idealmente estar, todo ele estritamente contido na sintaxe e na semântica das palavras que entram nessa frase*. Desenvolvendo o conceito fregeano de *força* (*Kraft*), Austin distingue entre a parte locutória e ilocutória de um acto de fala. A dimensão locutória diz respeito ao sentido puramente linguístico de um acto de fala, por exemplo, <o gato está em cima do tapete> – isso corresponde, *grosso modo*, ao que *está dito* numa frase. Mas *o que se quer dizer com isso*, nomeadamente se se está a *afirmar que* o gato esteja em cima do tapete, ou a *perguntar se* o gato está em cima do tapete, ou a *exclamar admirativamente* que o gato esteja em cima do tapete, ou ainda a *avisar*, a *prever*, etc., isso pertence ao que Austin chama a “força ilocutória” do acto de fala.

Na parte final de *How to do Things with Words*, John Austin critica a sua distinção inicial entre constatativos e performativos e afirma que “a doutrina acerca da distinção performativo/constatativo está para a doutrina acerca dos actos locutório e ilocutório, no acto de fala total, como a teoria *especial* está

para a teoria *geral*.²⁷ Ou seja, John Austin acaba, para o fim da sua obra e à luz da distinção entre actos locutório e ilocutório (e também perlocutório), por perceber que a frase declarativa com força ilocutória assertiva

F1 – O gato está em cima do tapete

é, no fundo, também ela, um performativo que realiza, pela própria elocução, um acto de fala cuja força ilocutória consiste em *declarar de modo assertivo*, com base no rema²⁸ <o gato está em cima do tapete>. Assim, a oposição inicial desfaz-se. *Todas* as frases têm um elemento performativo, pois todas elas servem para instituir a própria realidade do acto de fala que denotam. A única diferença que há entre elas é que esse elemento pode ser implícita ou explicitamente afirmado num prefixo que antecede a parte locutória do acto.²⁹ Assim, a diferença entre

F1 – O gato está em cima do tapete *e*

F1' – Declaro que o gato está em cima do tapete

F2 – Estará o gato em cima do tapete? *e*

F2' – Pergunto se o gato está em cima do tapete

F9 – Boa-sorte! *e*

F9' – Desejo-te boa-sorte

consiste em que a força ilocutória do acto de fala está ou não explicitamente nomeada.

Ora é esta análise do acto de fala, governada pelas ideias de que o *dizer* não é, basicamente, um *asserir*, e que, para lá do que *está dito*, há ainda o que se *quer dizer*, e que isso é o modo como determinados *actos* (linguísticos e extra-linguísticos) são praticados com e pela linguagem, é esta análise que lança uma luz decisiva sobre os aspectos pouco satisfatórios das teses husserlianas.

²⁷ Austin, *op. cit.*, p. 149.

²⁸ Austin distingue as capas fónica, fática e rética num acto locutório completo. O objecto da primeira é o fone (um som de palavra, um *Wortlaut*, na designação de Husserl); o objecto da segunda é o fema (uma frase com sentido dentro de uma língua); o da terceira é o rema (o uso da frase sabendo que sentido e que referência tem esse fema). Assim, para que um acto locutório seja realizado, ou seja, para que se realize um acto de *dizer*, não basta *emitir sons* que correspondam a uma frase ou *saber* que os sons emitidos correspondem a uma frase com sentido numa língua natural, mas é necessário saber *que sentido é esse* e usá-lo competentemente. Ver Austin, *op. cit.*, pp. 94 e sgs.

²⁹ Os especialistas costumam assinalar uma alteração do sentido do conceito de *performativo* na passagem da primeira para a segunda posição, no livro de Austin. Não vamos entrar nessa discussão. Ver a crítica inicial de G. J. Warnock, em "Some Types of Performative Utterance", I. Berlin *et alia* (eds.) – *Essays on John Austin*. Oxford: Clarendon Press, 1973, pp. 69-89. Para uma crítica incisiva do "mito do prefixo performativo", ver François Recanati – *Les énoncés performatifs. Contributions à la pragmatique*. Paris: Minuit, 1981.

Desde logo, Husserl tem certamente razão em estatuir que

F3 – Ponde o gato em cima do tapete!

é equivalente a

F3' – Ordeno que ponhais o gato está em cima do tapete

No entanto, ao contrário da sua tese, F3' não é uma frase declarativa, mas uma *ordem* sob a forma de um performativo explícito, e não contém, portanto, nenhuma asserção ou qualquer “acto de qualidade objectivante”. Numa palavra, F3', de que F3 é a abreviatura, não resulta de um acto de percepção interna que torne objectivas as próprias vivências, mas é antes uma forma de interpelação intersubjectiva em contexto comunicacional. Tal é a dupla falha das análises de Husserl – primeiro, a falsa doutrina de que todas as frases declarativas têm força ilocutória assertiva e de que as expressões para actos não objectivantes se reduzem a frases declarativas e, portanto, a asserções; segundo, que essas supostas asserções são acerca das vivências próprias, reflexivamente captadas num acto de percepção interna. Toda a teoria de Husserl é já ambígua porque, por um lado, o teorema da fundação diz que os actos não-objectivantes *estão baseados* em actos objectivantes, enquanto a sua análise das frases não-declarativas implica que os actos não-objectivantes *contêm* actos objectivantes de um tipo particular. “Conter” e “estar fundado” são duas coisas diferentes. As teses de Husserl não se encaixam uma na outra. Mas o seu problema fundamental é que nem essas frases são asserções, nem perguntar, prometer, desejar boa-sorte, felicitar, etc., são objectivações reflexivas das próprias vivências, mas antes formas de actos sociais num contexto comunicativo. A análise de Husserl é certamente válida para os desejos, as volições e os sentimentos de toda a espécie. Aí, de facto, dizer “desejo visitar os Himalaias” significa dar expressão a uma vivência psíquica desiderativa através de um acto de percepção interna. Mas ela falha já quando o desejo é um acto social, como na expressão “desejo-te felicidades”. Aí, não se trata de reportar um acontecimento psíquico interior, mas de interpelar auspiciosamente o outro: desejar felicidades é *proferir* diante do outro e para o outro a expressão “desejo-te felicidades”. E se a análise husserliana falha já no caso destas fórmulas sociais de saudação, para o caso de perguntas, ordens, promessas, avisos e outros ainda, que são manifestamente formas de conexão intersubjectiva, ela torna-se, então, completamente impertinente. Se os “actos não-objectivantes” carecem de uma análise fenomenológica adequada, e certamente que carecem, então o contexto próprio dessa análise não é a Lógica pura e o privilégio da asserção e da *Bedeutung* ideal-idêntica, mas as estruturas de sentido do acto comunicativo e do espaço comunicacional.

É para aí que nos moveremos, para terminar.

V. Que é comunicar?

Se seguirmos na esteira do fenómeno da comunicação, então duas coisas, à partida pouco óbvias, se nos imporão com cada vez mais força à medida que a análise prossiga: primeiro, o fenómeno comunicativo *não tem de ser* necessariamente linguístico, ou de estar suportado sequer por um qualquer código instituído por convenção (uma “linguagem” não-natural qualquer); segundo, aquilo que Husserl, ao nível da comunicação linguística, chama a *função de manifestação* (*kundgebende Funktion*) – e que é, basicamente, o facto de as expressões (*Ausdrücke*), enquanto signos significativos, na medida em que estão na base de actos de elocução (*Äusserung*), passarem a funcionar também como *signos indicativos* das vivências daquele que fala, ao serem apreendidas por outrem (trata-se da relação entre *kundgeben* e *kundnehmen*) – não é já, *só por si*, comunicação (*Mitteilung*).

Numa palavra, importa estar bem ciente do seguinte: as raízes do fenómeno da comunicação devem ser procuradas ao nível pré-linguístico – a comunicação “começa” antes e fora da linguagem, ou melhor, há comunicação sem linguagem; e a estrutura que Husserl encontra ao nível linguístico (o funcionamento do signo expressivo como signo indicativo) não é, só por si, condição suficiente para que se possa falar de comunicação. E um terceiro ponto é também essencial: sem as estruturas pré-linguísticas da comunicação *não haveria* comunicação ao nível da linguagem, de tal modo que as estruturas pré-linguísticas não estão apenas antes, mas *impregnam* também a comunicação linguística no seu todo.

Mostrar isso requer uma descrição do *fenómeno-comunicação*. A identificação do fenómeno a que o conceito de “comunicação” se aplica não é arbitrária. Ela guia-se pela compreensão pré-conceptual que temos acerca do que seja um caso de *efectiva* comunicação. Se apelarmos para essa compreensão prévia, isso permite excluir várias coisas, nomeadamente:

- a) A simples consciência da existência de um outro sujeito, presente ou simplesmente representado;
- b) A simples transmissão e reprodução de informação, através dos processos complementares de codificação e de descodificação, sob forma linguística ou outra.

Numa palavra: por um lado, uma teoria da *Einfühlung*, da empatia, *não é* ainda uma teoria da comunicação – manifestamente, podemos ter consciência de outrem, perceber o que “se passa com ele”, que, por exemplo, corre apressado, que tem certos pensamentos, certas emoções e intenções, podemos “ver” tudo isso, sem, porém, entrarmos com ele numa relação comunicativa, razão por que uma simples teoria da intersubjectividade na linha da que Husserl desenvolve nas *Cartesianische Meditationen* ou da que Sartre desenvolve em *L'être et le néant* (a análise do *regard*) não é já uma teoria da comunicação;

segundo, uma teoria da transmissão e da recepção de informação através de um canal de qualquer tipo também *não é* ainda uma teoria da comunicação – a simples presença do mesmo conteúdo num emissor e num receptor, na linha do conceito cibernético de comunicação, de Shannon e Weaver,³⁰ não é ainda um caso de comunicação entre ambos, como quando sucede, por exemplo, que, ao escrever estas linhas, acontece que outra pessoa inadvertidamente as lê e fica, por isso, ciente dos meus pensamentos, sem que, contudo, eu tenha tido para com ela uma *intenção* comunicativa em sentido estrito. Teremos os mesmos conteúdos – não *comunicámos*, porém.

Para que fenómeno olhamos, então, quando falamos de *comunicação*? Não apenas para o comportamento de outrem, para mim dado na apercepção por empatia (o que ele faz); não apenas para o modo como em mim mesmo reajo ao comportamento de outrem (se me emociono, aborreço, entusiasmo, encolerizo com o que ele faz, etc.); mas antes para o comportamento de outrem na medida em que me é *dirigido*, em que ambos *sabemos* que esse comportamento me é dirigido, e em que a ele *reajo* e ambos sabemos que essa reacção é uma *resposta* pertinente a esse comportamento que me foi dirigido. Um exemplo: se vejo Luís desviar o olhar para a porta e olhá-la fixamente, posso concluir que está interessado no que aí e passa e até me interessar também, a ponto de olhar; mas se vejo que Luís desvia os olhos para a porta ostensivamente *para que eu o veja fazendo-o*, então infiro que é *para mim* que ele faz aquele gesto e que é a mim que quer informar que algo se passa, digamos, que acaba de chegar a pessoa que eu temia ou que eu esperava ou por que ansiava, etc.

É em casos deste tipo que, de acordo com a nossa compreensão pré-conceptual, estamos diante de um efectivo fenómeno de *comunicação*. Ele envolve:

1. Uma *intenção vocativa* – o dirigir-se a alguém, que constitui esse alguém como um outro sujeito em situação de interlocução – e a *recepção* da *intenção vocativa*.
2. Uma *intenção informativa* (em sentido lato), realizada por meio da apresentação de um conteúdo (que pode ser um comportamento, um gesto, uma palavra, etc.) com a *intenção* de suscitar um réplica pertinente por parte do interlocutor.
3. Uma *intenção replicativa* do interlocutor, expressamente determinada pelo conteúdo informativo, que seja pertinente, patente e susceptível de induzir um novo “lance” a partir de 2.

³⁰ W. Weaver e C. E. Shannon – *The Mathematical Theory of Communication*. University of Illinois Press, 1963 (Weaver é o autor da célebre introdução, que faz uma exposição qualitativa do modelo de Shannon).

4. O carácter *mutuamente manifesto*, para todos os interlocutores, das intenções vocativa, informativa e replicativa, e a *boa compreensão* do seu sentido.

Obviamente, neste esquema, a intenção vocativa, *sub 1*, é o elemento específico do fenómeno da comunicação. A comunicação é sempre *dirigida*. O destinatário é que tanto pode ser singular como plural, definido ou indefinido. Por exemplo, neste momento, não é apenas verdade que exprimo estes pensamentos, mas também que tenho a intenção de os comunicar a todo aquele que se interesse por eles, e que todos os que me ouvem ou lêem estão cientes desta intenção. Quanto a 2, a intenção informativa, o relevante não é que ela possa ser de qualquer género, verbal e não-verbal, mas que ela tanto pode apelar a processos de *inferência* como a processos de *descodificação*, como a ambos em simultâneo, e que é mais fundamental apelar a processos de inferência do que a processos de descodificação (de que a linguagem é apenas um caso). Assim, no exemplo acima, quando Luís me olha e fixa ostensivamente a porta para que eu olhe para ela, isso é a intenção vocativa – ele “chama-me”, apela-me como interlocutor. E, ao mesmo tempo, a intenção vocativa é uma meta-intenção que vai em conjunto com a intenção informativa – a mensagem enviada (a saber, que vai entrar aquela pessoa que me interessa) não está codificada, mas resulta de uma inferência minha, a partir das coisas que partilhamos e que em conjunto sabemos. Quando a 4, o carácter manifesto das várias intenções para todos os interlocutores é, obviamente, uma condição necessária da comunicação. Mas a questão da “boa compreensão” tem uma lição mais profunda e mais decisiva. É a seguinte: só pode haver comunicação com base num *mundo comum* (uma *Gemeinwelt*), sabido por todos, que se vai sempre ampliando através dos sucessivos lances comunicativos. Esse mundo comum pode começar por ser a partilha de um mesmo mundo circundante perceptivo, mas tem de envolver outros estratos, nomeadamente, o saber em conjunto de factos, de crenças, de suposições, etc. (o próprio mundo perceptivo envolvente é um conjunto de crenças ou de teses de ser).

De volta ao nosso tema inicial, apliquemos, então, para finalizar, esta estrutura comunicativa ao caso das frases não-declarativas e dos actos não-objectivantes. Focarei apenas dois aspectos que me parecem essenciais.

Primeiro que tudo, e ao contrário das convicções de Husserl, os desejos, emoções e coisas aparentadas não entram na unidade de um género com as perguntas, as ordens, as promessas e outros actos semelhantes. Há que distinguir. Uma coisa são juízos referidos a estados-de-coisas, quer externos quer internos. Por exemplo, *A Terra é o terceiro planeta do sistema solar; desejo visitar os Himalaias, estou enfurecido*, etc. Em todos estes juízos (que não têm de ser todos juízos predicativos), um acto objectivante refere-se a uma situação objectiva cuja existência é independente do facto de ser referida ou

não no juízo correspondente – a Terra, o meu desejo, a minha fúria. Em todos os casos, o juízo adequa-se ou não ao estado-de-coisas, é verdadeiro ou falso. E o acto de julgar *está completo* sem a função comunicativa – não precisa de *aparecer* a outrem.

Contra isto, frases como *pergunto se as chaves estão no teu bolso, vai buscar as chaves, prometo-te que entrego as chaves, desejo-te felicidades na nova casa, peço-te perdão por ainda não ter vindo à nova casa*, são frases de uma natureza completamente diversa. Desde logo, não são nem verdadeiras nem falsas, ao contrário da tendência de Husserl para as considerar frases declarativas de tipo especial. De seguida, elas têm, apesar disso, o que poderíamos chamar *condições de bom sucesso*. Para que uma promessa prometa, uma pergunta pergunte ou uma ordem ordene, é necessário que ela seja *exteriorizada*, isto é, *que apareça*, e que seja *recebida enquanto tal* por um interlocutor. Numa palavra, é necessário que a intenção vocativa seja preenchida pela sua recepção no interlocutor, e que a intenção informativa seja compreendida e pertinentemente respondida. Austin chamava a isto o *uptake*. Adolf Reinach dizia que actos deste género são *vernehmungsbedürftig* – precisam de ser ouvidos. Em geral, todo e qualquer acto que careça, para ser bem sucedido, destas condições (aparecer, intenções vocativa e informativa recebidas por outrem) é um *acto social*: aquele que *recebe* fica, pelo próprio acto, *vinculado* na qualidade de pessoa a quem se pergunta, de subordinado a quem se ordena, de depositário de uma promessa, etc. O fenómeno da comunicação está, assim, interconectado com o fenómeno da sociabilidade.

Dividimos, portanto, os actos naqueles que carecem e que não carecem de exteriorização e de recepção para serem bem sucedidos. Os primeiros são actos sociais. Os segundos, não. O exemplo mais claro destes segundos é o juízo em contexto monológico, que se preenche na intuição correspondente. Quanto aos primeiros, é agora evidente que a simples função de manifestação, tal como Husserl a apresenta na Primeira Investigação, é ainda incapaz de dar conta desta intrincada estrutura do acto comunicativo: comunicar não é apenas o facto de um outro sujeito saber que pensamentos estão em mim (isso pode mesmo *não ser* um caso de comunicação, se ele os tiver “lido” nos meus gestos involuntários, se me tiver ouvido sem que eu queira, e semelhantes).

Segunda – e última – característica que quero sublinhar: a comunicação verbal é largamente inferencial e jamais pode codificar tudo o que é comunicado. A grande ideia de Husserl, pelo contrário, é que a estrutura fundamental da linguagem é dada pela duplicidade da *significação* e do *objecto* referido através da significação, e que a *compreensão* da significação e a *identificação* do objecto não está dependente nem é relativa aos respectivos contextos de elocução. O sentido determina a referência, sem que, pelo menos idealmente, seja necessário atender a quem fala e às circunstâncias do seu discurso – eis uma das teses centrais da semântica husserliana, mas também da fregeana.

Pois bem, um dos resultados de nossas reflexões sobre a comunicação é que ela se faz no quadro de uma *Gemeinwelt*, ou seja, no quadro de um mundo

comum e mutuamente *sabido* como comum. Desde logo, qualquer frase só ganha sentido completo e só encontra o objecto de referência por meio do rebatimento da sua significação sobre o respectivo mundo comum de uma comunidade de interlocutores. Husserl, nos anos posteriores às *Investigações*, deu-se conta de que todo significar empírico despoleta um contexto ocasional.

Olhemos uma última vez para a célebre frase que nos tem vindo a acompanhar: *o gato está em cima do tapete*. Podemos dizer, deveras, que essa frase tem um sentido e uma referência “em absoluto”, independentemente de qualquer contexto? Limitemo-nos à referência. Qual gato? Diremos que se trata do gato que Austin tinha em mente quando escreveu a frase? (Qual Austin?...) Mas usar essa descrição definida é já conceder que a referência se encontra por intermédio do rebatimento do sentido nos objectos de uma comunidade comunicativa. E se o quiséssemos encontrar pela pura semântica da frase, teríamos de fazer o seguinte:

- (1) Eliminar a referência pré-linguística a um mundo actual $M_{@}$ perceptivamente dado;
- (2) Eliminar a referência a um mundo de objectos partilhados por cada uma das comunidades comunicativas em que participamos;
- (3) Fazer crescer indefinidamente a própria frase, de modo a acrescentar-lhe explicitamente tudo o que está implicitamente envolvido na sua compreensão por via de (1) e (2).

Teríamos, portanto, de dizer expressamente, sem utilizar quaisquer expressões ocasionais (a designação hoje dominante é “indexicais”) como “este”, “hoje”, “o ano passado” ou mesmo nomes próprios como “Austin”, de que gato se trata, de que tapete, onde, em que casa, quando e, mesmo depois de tudo isso, teríamos sempre o último e derradeiro problema, que é de facto o problema maior: dado que não pressupomos já um mundo perceptivo comum a que a linguagem se refere como seu $M_{@}$, dado que temos apenas as puras frases com o seu sentido e a sua referência a objectos de quaisquer mundos possíveis, dado que temos apenas o *verbum* sem um mundo já dado de antemão, teríamos, então, de determinar, *de um modo puramente semântico*, entre todos os mundos possíveis, *a que mundo concreto se referem as expressões que estamos utilizando*.

Ora nós sustentamos que isolar *um e apenas um* mundo como correlato global das frases de uma linguagem só é possível através da *totalidade das frases* que descrevem os objectos desse mundo, coisa que implica a ideia de um conjunto cuja regra de constituição podemos definir, mas que não podemos construir em qualquer progressão finita de passos sucessivos, pelo que nenhuma série finita de frases pode definir um e apenas um mundo de referência (haverá sempre um número infinito de séries fintas idênticas, que

se diferenciam nos passos seguintes e que se referem, por isso, a diferentes mundos possíveis).

Na verdade, é argumentável que, se dois mundos possíveis M_1 e M_2 são discerníveis, então haverá, no conjunto de todas as frases declarativas verdadeiras, F_1 e F_2 , que os descrevem exaustivamente, pelo menos uma frase f que pertencerá, digamos, a F_1 e não a F_2 . De facto, se F_1 fosse igual a F_2 , então daí se seguiria que M_1 seria igual a M_2 , por ser dele indiscernível. Por conseguinte, se, por definição, são diferentes, então F_1 e F_2 terão de ser também diferentes, pois, de outro modo, os mundos seriam indiscerníveis. Assim, determinar, sem contexto prévio, a *que mundo* uma frase se refere envolve a totalidade das frases declarativas de uma linguagem. Em símbolos:

$$\text{Mundos possíveis discerníveis} \equiv (M_1 \neq M_2) \rightarrow \exists f: ((f \in F_1) \wedge \sim (f \in F_2))$$

Dirão: “não é necessário esta volta longa, porque as frases de uma linguagem referem-se ao mundo actual do acto de elocução”. Mas isso não é uma resposta válida. Primeiro, porque uma frase proferida no mundo actual M_a pode estar a referir-se a um objecto de um mundo possível M_p , como quando falamos de Pégaso ou de eu estar neste preciso momento na Austrália. Segundo, porque falar do mundo actual do *acto de elocução* é dar como já resolvida a questão do contexto, que era o problema a resolver. Por isso mesmo, é visível que toda a referência se faz a partir do mundo perceptivo que serve de fundo ao uso da linguagem (o *nosso* mundo) e, dentro desse mundo, ao domínio de objectos de uma determinada comunidade comunicativa. A passagem do sentido à referência assume a forma de um processo inferencial a partir de um contexto, que está sempre *pré-linguisticamente* dado, mas que é fluido e sempre variável. Quando lá em casa falo do tapete, todos sabem que me refiro ao da porta. Quando falamos aqui das “Meditações”, todos sabemos que estamos a referir-nos às de Husserl, não às de Descartes ou aos exercícios de Loyola.

Em substância, sem rebatimento do sentido sobre o contexto de uma comunidade comunicativa, a sua *Gemeinwelt*, e sobre um mundo perceptivo circundante, uma frase, para ter uma referência unívoca, teria de envolver *todas as frases da linguagem, para a determinação do mundo que vale para elas como mundo actual*. Uma operação impossível, que nos condenaria à incomunicabilidade. Se a linguagem tem um sentido e pode referir objectos, isso pressupõe já uma multiplicidade de estruturas, geradas na experiência perceptiva, intersubjectiva e comunicativa, que constitui um mundo *único e comum*.

É que para nós, homens, o *verbum* não está no princípio, mas sempre já no meio – ou mesmo no fim...

ABSTRACT

In this paper I discuss the consistency and accuracy of Husserl's sketch of a theory about non-declarative sentences in the last chapter of *Logical Investigations*. Whereas the consistency is acknowledged, the accuracy is denied, because Husserl's treatment of non-declarative phrases such as questions or orders implies that those phrases contain, in some way, a declarative sentence and an objectifying act. To construct a question like "is A B?" as being equivalent to a pseudo-declarative sentence such as "I ask whether A is B" is, however, a false phenomenological analysis, because to ask or to order or to beg is not to assert. I turn, then, to John Austin's theory of performative (as opposed to constative) utterances and illocutionary acts in order to find a more accurate approach to the logical-semantic content of non-declarative sentences. Eventually, I show how this Husserlian theory of non-declarative sentences has a negative impact on the phenomenological theory of social acts and communication.

